



O ESPORTE E O LAZER ENQUANTO POLÍTICAS PÚBLICAS DE GARANTIA DE DIREITOS

O Setorial Nacional do Esporte e Lazer do PT tem sua trajetória escrita na participação militante em toda a história do partido desde a sua criação. Entendendo os direitos sociais ao esporte e ao lazer, previstos na Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente, no Estatuto da Cidade, no Estatuto do Idoso e em várias Leis Orgânicas Municipais, nosso partido construiu, ao longo de décadas de gestão, o modo petista de governar nos três níveis federativos: municipal, estadual e federal.

Em 2003, no Governo Lula e pela primeira vez na história do Brasil, o esporte teve uma pasta específica, com foco no desenvolvimento de uma política nacional de esporte e lazer, seguindo as propostas de gestão para a nação, tendo na sua essência a participação, a cidadania, a redução das desigualdades sociais e regionais e sendo fundamentais na socialização, educação, promoção de saúde, cooperação entre os povos e identidade nacional, cultural (mulheres, indígenas e quilombolas) e na inclusão social.

Tendo como base o trabalho desenvolvido em gestões petistas de estados e municípios, no âmbito federal diversas iniciativas aconteceram por ações estratégicas como o Esporte na Escola; programas visando a criação do hábito da prática da atividade física e do acesso ao esporte pela população em geral, garantindo o direito de cada cidadão (ã), colaborando também com a saúde e a redução da marginalização e da violência social, dando capilaridade às ações governamentais de outras áreas, pela intersectorialidade.

Nos anos seguintes e durante todos os governos petistas foram criados inúmeros Programas e Projetos que, para além da prática do esporte, da atividade física e do lazer, contribuíram para a formação e capacitação de gestores/as, servidores/as públicos/as e agentes sociais, sempre respaldados pelo conhecimento científico. Neste período o Brasil organizou e sediou os maiores eventos mundiais como a Copa do Mundo de Futebol FIFA Brasil 2014 e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio2016.

Para que essas ações refletissem o modo petista de governar, as três Conferências Nacionais de Esporte e Lazer realizadas foram o grande diferencial. Atualmente, com o retorno do Ministério do Esporte, continuamos entendendo a importância do Esporte para Toda a Vida (atividades físicas, esportivas e de lazer para todas as fases da vida). Os Programas citados a seguir permanecem configurando políticas de Estado, construídas coletivamente, o que lhes deu capacidade de sobreviverem aos governos que nos sucederam.

O Programa Esporte lazer da Cidade (PELC), o Programa Vida Saudável, o Programa Segundo Tempo, a preparação e apoio aos/às atletas, a realização de eventos, a capacitação de recursos humanos, as pesquisas e publicações científicas, os Núcleos de Esporte de Base para o Alto Desempenho, o Fomento ao Paradesporto nacional, o Programa Academia e Futebol, o Centro de Desenvolvimento do Futebol Feminino – CDFF, o Projeto de Referência de Infraestrutura do Esporte, entre outros.

Partindo do histórico acima e considerando a participação do Setorial Nacional do Esporte e do Lazer, integrado com os Setoriais Estaduais e Núcleos Municipais da nossa área, entendemos que devemos apresentar subsídios para nossas candidaturas majoritárias e proporcionais nas eleições de 2024, por isso passamos a eles. A Política de Esporte e Lazer dos municípios deve ter como ponto de partida o reconhecimento de política como arte e ciência, buscando conhecer os sujeitos, suas necessidades e demandas, no sentido da promoção do bem comum e fundamentada em estudos sobre o comportamento humano.

É preciso governar, administrando de maneira planejada, participativa e cuidando das decisões sobre demandas e problemas de interesse da coletividade. Isso implica a definição de políticas que construam e explicitem seus conceitos, objetivos, estratégias, programas e projetos, focados na inclusão social e na ampliação das condições de acesso de toda população ao esporte e ao lazer, atendendo suas demandas legítimas.

Para tal é preciso que atuemos coletivamente para: a promoção de cidades sustentáveis; a redução do déficit no atendimento da demanda por serviços e infraestrutura esportiva e de lazer para toda a população local; a ampliação do financiamento e dos investimentos setoriais; a ampliação e a consolidação de redes de parcerias estratégicas, dentre outras iniciativas de natureza estrutural e conjuntural, tais como mudanças nas políticas públicas e na definição do papel do Estado em relação aos setores sociais.

Sugerimos como ponto de partida, tanto para o Programa de Governo, como para a atuação das gestões eleitas a realização de um Diagnóstico Municipal do Esporte e Lazer que contemple: o levantamento dos dados populacionais, com as devidas segmentações, as oportunidades e carências no campo das políticas públicas da área, incluído a questão dos programas, projetos, espaços e equipamentos disponíveis; e as demandas e expectativas da população local.

Com base nos resultados desse diagnóstico deverá ser elaborado um planejamento que vise dar conta das demandas do contexto social investigado.

Setorial Nacional de Esporte e Lazer do PT

Brasília, 25 de Março de 2024.



SUGESTÃO DE ELEMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA PROPOSTA DE POLÍTICA DE ESPORTE E LAZER OBJETIVO GERAL

Deve ser o mais abrangente possível. Ex: O objetivo geral da Política de Esporte e Lazer no município... é incluir as práticas corporais físico-esportivas e o lazer no cotidiano da população, tendo em vista contribuir com o bem viver de todos os cidadãos e as cidadãs.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Devem considerar as características de cada município, incluindo as zonas rural e urbana. Exemplos:

1. Promover a inclusão social com equidade, garantindo a toda a população o acesso às vivências de esporte e lazer em programas, projetos e infraestruturas públicas, com prioridade ao atendimento de necessidades das minorias sociais;
2. Fomentar as mais diversas práticas corporais (esportes, atividades físicas, jogos e brincadeiras), buscando contemplar os diversos segmentos da população;
3. Realizar eventos, garantindo infraestruturas para o esporte, o lazer e as atividades físicas, contribuindo com a promoção da saúde, da educação, da segurança e paz social.
4. Realizar atividades intersetoriais de esporte e lazer, articuladas com outros setores da municipalidade e compartilhadas com vários segmentos sociais.
5. Garantir a formação continuada e em serviço dos/as servidores/as, profissionais e agentes comunitários de esporte e lazer;
6. Democratizar a gestão do esporte e lazer, garantindo a participação da população na construção, realização e avaliação da política, bem como no controle exercido pela sociedade civil, por meio do Conselho Municipal de Esporte e Lazer, das Conferências Municipais e outras instâncias de caráter consultivo.
7. Ampliar e diversificar as infraestruturas e equipamentos públicos para o esporte e lazer nas comunidades urbanas e rurais, garantindo sua preservação, acessibilidade, permanência e uso gratuito.
8. Organizar o esporte e o lazer de em um Sistema, no qual fiquem estabelecidos os objetivos, os agentes, as responsabilidades, a gestão das informações e os recursos, para a garantia destes direitos sociais.

O FUTEBOL AMADOR COMO MARCA E PROGRAMA DE GOVERNO

Na certeza de que, em todos os municípios brasileiros existem praticantes e equipes de Futebol Amador, é chegada a hora de olhar para essa manifestação popular como um instrumento privilegiado para dialogarmos diretamente com os jovens e adultos envolvidos nessa modalidade. Estamos convencidos da necessidade de fazer constar, em todos os nossos programas de governo, a defesa do Futebol Amador até que ele se torne uma marca do PT.

Precisamos, como partido, como pré-candidatas e pré-candidatos, buscar compreender e estabelecer relações com as organizações de Futebol Amador, a exemplo das ligas. Essas entidades são constituídas e normatizadas para administrar e organizar os campeonatos municipais, congregando os times, treinadores, árbitros, atletas e torcidas de todo o município.

Destaque-se que muitas das organizações de futebol amador desenvolvem projetos sociais de base. Ainda no campo do futebol amador e pensando nas meninas e mulheres, devemos trabalhar para a adequação e modernização de espaços seguros para a sua prática e assistência por elas. Se faz necessário nos aproximarmos deste segmento e das pessoas que desenvolvem suas atividades, na maioria das vezes sem contar com políticas públicas e ficando invisíveis ao olhar dos poderes constituídos.

Precisamos ter presente e destacar o papel do esporte e do lazer nas economias locais, gerando trabalho e renda, bem como se apresentando como ambientes privilegiados para uma formação cidadã, proporcionando momentos de socialização e confraternização. Sugerimos, ainda, que sejam buscadas experiências de gestões petistas em esporte e lazer que podem contribuir com o trabalho de elaboração de programas de governo e implementação de políticas públicas na área.